

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

5ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2017

Data: 14 de dezembro de 2017

Horário: 9h00

Local: Auditório Secretaria da Habitação, R. Boa Vista 170/15º and. São Paulo- Centro - SP.

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

SEGMENTO ESTADO

| | |
|----------------------------|--|
| Ricardo Daruiz Borsari | Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE |
| Hiroaki Makibara | Secretaria Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH |
| Seica Ono | Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE |
| Marcelo Poci Bandeira | Secretaria de Logística e Transportes-DH |
| Helio Rubens G. Figueiredo | SABESP |
| Rubens J. Mario Junior | Secretaria da Saúde - SS |
| Liliam B. Peres | CETESB |
| Laura Stela N. Perez | Secretaria do Meio Ambiente - SMA |
| Sérgio L. Damiati | Secretaria de Educação |
| Jefferson Smario | Casa Militar-Coord. Defesa Civil |
| Claudia Helena Leite | EMPLASA |
| Leticia Roberta Trombeta | EMPLASA |
| Gerson Salviano A. Filho | IPT |
| Paulo Sérgio de A. Lerne | Secretaria da Fazenda |

SEGMENTO MUNICÍPIOS

| | |
|--------------------------------|-----------------------|
| Marcelo Rodrigues da Motta | Itapecerica da Serra |
| José Roberto Silva | Mairiporã |
| Sérgio Matias do Prado | Rio Grande da Serra |
| Diego Luiz Hernandez | Francisco Morato |
| Thiago Perez | Guarulhos |
| Adolfo José Ribeiro de Almeida | Biritiba Mirim |
| Miguel Reis Afonso | Suzano |
| Rubens Furlan | Barueri |
| Solange Wuó | Salesópolis |
| Humberto R. da Silva | São Bernardo do Campo |

34 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

| | | |
|----|------------------------------|---------------------------------|
| 35 | Francisco Assis Ramalho Além | FIESP |
| 36 | Jorge Henrique Nicareta Rosa | CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC |
| 37 | Ronaldo Sérgio Vasques | CIESP São Paulo |
| 38 | Hillmann Carlos Henrique A. | CIESP – Cotia |
| 39 | Sandro Oliveira das Chagas | CIESP Guarulhos |
| 40 | Ricardo de Aguiar Quadros | CIESP – Guarulhos |
| 41 | Juliana Geseira | Sindicato Rural Mogi das Cruzes |
| 42 | Edson de Souza Pinto | SINTAEMA |
| 43 | Francisca Adalgisa | APU |
| 44 | Dimitri Auad | MDV |
| 45 | Shindi Kiyota | UNIAGUA |

46 **CONVIDADOS PERMANENTES**

| | | |
|----|--------------------------|--------------------|
| 47 | Leandro Henrique F. Leme | Ministério Público |
|----|--------------------------|--------------------|

48 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

| | | |
|----|-----------------------|--------------------------------|
| 49 | José Auricchio Júnior | Prefeito de São Caetano do Sul |
|----|-----------------------|--------------------------------|

50 **1. Abertura.** O Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto
 51 Tietê-CBH-AT, Francisco de Assis R. Além (FIESP) abriu a reunião
 52 constatando existência de quórum, agradecendo a presença de todos. **2.**
 53 **Leitura, discussão e votação das atas das 3ª e 4ª Reuniões Plenárias**
 54 **de 2017, de 31/07/2017 e 26/10/2017.** Constar que (i) linha 337, "já está
 55 na CPLA, para voltar à Secretaria.", (ii) linha 197, sobre a apresentação
 56 do EIA/RIMA análise de empreendimento da Votorantim "de julho de
 57 2017 o Eia apresentado demonstra que a área pretendida para a
 58 ampliação não ocorrerá em área de 1ª categoria.", linhas 220 e 221,
 59 sobre a ocupação irregular na vizinhança, sem o termo "degradando o
 60 ambiente". aprovadas por unanimidade. **3. Expediente, Comunicações**
 61 **e Ordem do Dia.** Ricardo Borsari (DAEE) Secretário Executivo informou
 62 que estão disponíveis para consultas no site do Comitê
 63 <http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhat/documentos>. Francisca Adalgisa da Silva
 64 (APU), na qualidade de coordenadora da Câmara Técnica de Educação
 65 Ambiental, entregou à mesa Diretora manifestação de desagrado sobre o
 66 cancelamento de dois empreendimentos da Sociedade Civil, que também
 67 encaminhou formalmente pelo correio. **4. Deliberações: Deliberação**
 68 **CBH-AT nº 48/2017: Aprova o parecer técnico sobre EIA/RIMA do**
 69 **empreendimento: "Contorno Ferroviário de São Paulo – Ferroanel**
 70 **Norte".** Amauri Pollachi (APU), Coordenador da Câmara Técnica de

71 Planejamento e Articulação–CTPA, apresentou. Em síntese, o parecer foi
72 discutido e avaliado em conjunto com o GT Consultas Ambientais e CT-
73 PA em 2017, a DERSA-Desenvolvimento Rodoviário S.A é a responsável
74 pelo licenciamento ambiental. O Ferroanel Norte é uma ferrovia com 53
75 km de extensão para transporte exclusivo de cargas contornando a parte
76 norte da malha ferroviária na Região Metropolitana de São Paulo, entre
77 Itaquaquetuba, e Perus, passando também por Arujá e Guarulhos. O
78 objetivo principal é ampliar a capacidade do transporte ferroviário na
79 região e separar as operações do transporte de cargas do transporte
80 urbano de passageiros nas linhas hoje utilizadas em conjunto pela
81 Companhia Paulista de Trens Metropolitanos-CPTM e pela MRS
82 responsável pelo transporte de cargas, permitindo a melhoria do sistema
83 de transporte público ferroviário, uma vez que existe conflito entre o
84 transporte de cargas e o de passageiros reduzindo a capacidade nos dois
85 transportes. A diferença da capacidade do transporte de carga é cerca de
86 8,5 milhões de toneladas anuais, equivalente ao tráfego de 3.000
87 caminhões/dia. Sem a interferência dos trens de carga trafegando pela
88 área central de São Paulo, a CPTM poderia aumentar a sua oferta em até
89 20.000 lugares/hora. A alternativa de traçado com menores impactos
90 ambientais e sociais situa a ferrovia ao norte do Rodoanel Norte e a leste
91 do Rodoanel Leste, com um cruzamento em túnel sob a Via Dutra,
92 pressupondo a extensão do empreendimento em 53km, sendo 17,1 km
93 em 12 túneis, 12,4km em 39 viadutos e 23,5km em superfície, sem
94 previsão de estações, pátios ou outras instalações ferroviárias
95 intermediárias. Na Área de Influência Indireta estão situadas 13 Unidades
96 de Conservação, na área de Influência Direta uma faixa de 1km para
97 cada lado do eixo do Ferroanel, totalizando 74 hectares. Exigem mais
98 atenção pelas elevações, fragilidade do solo e assoreamento de corpos
99 hídricos as áreas na Serra da Cantareira, Arujá e Itaquaquetuba, no
100 total de 66 cursos de água, nas Subbacias Cabuçu de Baixo, Cabuçu de
101 Cima e Baquirivu-Guaçu, não tendo nenhuma captações para
102 abastecimento público. O empreendimento tem articulação com as
103 Concessionárias para manutenção de taludes, sistema de drenagem e
104 eventuais derrames de produtos perigosos. Foi recomendado que a
105 DERSA apresente ao Comitê as informações listadas no item 2.3 do
106 "Parecer Técnico sobre considerações da DERSA acerca da Deliberação
107 do CBH-AT de 16/12/10 que referem-se ao EIA/RIMA do Rodoanel
108 Trecho-Norte", anexo à Deliberação CBH-AT nº 22, de 18.12.2013,
109 atendendo uma Deliberação do Comitê prestes a completar 4 anos sem

110 prestação de contas. Que as nascentes situadas na Área Diretamente
111 Afetada-ADA do empreendimento sejam preservadas e não eliminadas
112 por aterro. Que o reassentamento das famílias afetadas diretamente pelo
113 empreendimento observe como parâmetro de implantação áreas não
114 situadas em regiões protegidas, inclusive fora de proximidades de APM
115 ou APRM, atendidos os critérios de avaliação do impacto social das
116 remoções, e regiões dos Subcomitês afetados. Que as compensações
117 ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas à
118 aplicação nas Unidades de Conservação mais próximas da ADA que
119 apresentam maior suscetibilidade à expansão urbana, como por exemplo
120 a APA Cabuçu-Tanque Grande, ou cuja implantação ainda está em fase
121 inicial, como os Parques Estaduais Itaberaba e Itapetinga. Que seja
122 elaborado Plano de Contingência contendo a implantação e manutenção
123 de sistemas de contenção para derramamento de cargas perigosas
124 evitando contaminação, no mínimo, dos cursos d'água de 3ª categoria
125 bem como daqueles situados em áreas urbanizadas. Que o
126 empreendedor elabore e implante Plano de Prevenção de Acidentes para
127 todas as cargas transportadas, de caráter abrangente e permanente. Nas
128 considerações da plenária, Dimitri Auad (MDV) no item 3.2, a
129 possibilidade de considerar as nascentes degradadas, recuperando, e
130 para o reassentamento garantias durante a execução do
131 empreendimento. Amauri disse: "Do reassentamento, em princípio
132 colocamos atendidas as condições, critérios de avaliação do impacto
133 social da remoção, o ideal é durante a implantação do empreendimento,
134 mas tem que ser avaliado na normativa que hoje existe do
135 reassentamento involuntário, o ideal é esse mas existem situações como
136 a do Rodoanel trecho oeste durante, e outras foram posteriores. O
137 importante para nós é a localização, não afetando os mananciais. Em
138 relação as nascentes claro que falamos de proteger todas elas, a
139 princípio nessa área tem boa preservação. Cabe destacar que o
140 empreendimento tem 12 Km de túneis e 17 viadutos, quer dizer, o
141 impacto nas nascentes deve ser amenizado. E, a questão que as
142 nascentes devem ser preservadas de toda forma é pertinente." Bruno
143 Leonel (CIESP) manifestou que não poderiam condicionar em um
144 documento Deliberativo a cobrança ao DERSA, deveria ser por um Ofício
145 do Comitê, e o Secretário concordou "o que podemos fazer é o Comitê
146 encaminhar um documento solicitando o que já deveria ter sido feito, se
147 já foi feito reitere, mas não pode condicionar esse parecer a esse
148 atendimento, são pareceres distintos que devem ser atendidos em sua

149 plenitude" e sobre a realocação das famílias, que existem procedimentos
150 estabelecidos, inclusive no Licenciamento ambiental, os Programa
151 Habitacionais próprios, devem ser obedecidos. Marcelo Poci Bandeira
152 (Secretaria de Logística e Transportes) disse que iria interceder com a
153 DERSA para poder agilizar a resposta ao Comitê. O Secretário disse que
154 se fosse garantido nem enviaria o Ofício a DERSA. A Deliberação foi
155 aprovada por unanimidade. **5. Deliberação CBH-AT n° 49/2017 que,**
156 **Aprova o plano de trabalho, as premissas e a proposta orçamentária**
157 **anual da FABHAT para o exercício de 2018.** Hélio César, FABHAT,
158 apresentou, em síntese, na construção foi observada a legislação
159 pertinente, Lei 10.020, o inciso VI, do Art. 22, do Decreto Estadual n°
160 50.667, de 30 de março de 2006 e o Conselho Deliberativo da FABHAT,
161 na 68ª reunião realizada em 24.10.2017 revisou e aprovou o Plano de
162 Trabalho, Premissas e a Proposta Orçamentária de 2017. Como parte
163 das premissas foi previsto orçamento de R\$ 45 milhões sendo R\$ 4,5
164 milhões separados para o custeio, prevendo 15% de inadimplência e
165 possível recuperação de recursos, tema que já está em tratativa. O Plano
166 de trabalho foi dividido em etapas com execução de competência da
167 FABHAT em gestão compartilhada com o Comitê. Contém introdução,
168 etapas do desenvolvimento e os riscos inerentes ao Plano. Na ações da
169 FABHAT apoio à Secretaria Executiva, planejamento e gerenciamento
170 dos recursos hídricos, reestruturação da FABHAT, sistema de
171 informações estratégicas e a gestão financeira. As ações foram
172 priorizadas utilizando metodologia que também definiu os itens das ações
173 e seu andamento. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. **6.**
174 **Deliberação CBH-AT n° 50/2017, que Aprova critérios para análise e**
175 **hierarquização para financiamento com recursos do FEHIDRO 2018.**
176 Josué Barranco, Coordenador da Câmara Técnica Gestão e
177 Investimentos-CTGI apresentou. Em síntese, o espírito que norteou a
178 Deliberação foi da agilidade, eficácia e eficiência, de forma que todos os
179 tomadores possam se sentir seguros para captação dos recursos.
180 Diminuiu o valor de R\$ 300.000 para 150.000 e assim todos podem ter
181 direito aos recursos FEHIDRO, seguiram basicamente a Deliberação
182 CRH 188, aplicando até 25% no PDC 1 e SubPDCs. Como critérios,
183 observaram todos os projetos em andamento que já tinham recebido
184 recursos, os novos recursos deveriam observar a coerência dos em
185 andamento. Pela Deliberação 188 com investimento no mínimo em 60%
186 nos PDCs 4, 5 e 7 e em 6 subPDCs, seguindo o mesmo critério de
187 avaliação, semelhantes nas ações PDC 4.1, 4.2, 5.1. Também colocaram

188 o critérios de aplicar 60% ou mais em área de manancial e 15% fora da
189 área de manancial. Para 2018 cada CT terá sua ficha de avaliação por
190 projeto e se o tomador não se sentir confortável com a avaliação poderá
191 entrar com requerimento administrativo, na ficha constará a avaliação do
192 projeto assinado por todos que participaram da avaliação na reunião. No
193 quadro de avaliação técnica, cabe as CT a avaliação técnica do projeto, a
194 abrangência, cronograma e a parte financeira, equivalendo a 50% em
195 uma nota de 50 pontos, e a CTGI avaliará os outros 50%, tendo o total de
196 100 pontos. Nos Anexos da Deliberação, os PDCs e os SubPDCs pelo
197 Artigo 1º. Mantiveram o critério, como na Deliberação anterior, que toda
198 obra tem que ter Educação Ambiental-EA, e todo o projeto de Educação
199 Ambiental tem o Termo de referência para obras e para a Educação
200 Ambiental, com cronograma para a obra e para a Educação Ambiental.
201 No Anexo 2, a apresentação da educação ambiental. Anexo 3, Termo de
202 referência. Anexo 4, a pontuação estabelecida pela CT, sendo principal a
203 avaliação do que o projeto traz de benefícios para a bacia, a abrangência.
204 Nas considerações da plenária, o Secretário solicitou a importância de
205 constar que os projetos terão que ter uma média da ordem de R\$
206 1.300.000. Também foi sugerido para o Artigo 6º parágrafo 3º "Os
207 empreendimentos de serviços e obras dos PDCs 3, 4, 5 e 7 deverão
208 conter, obrigatoriamente, projetos e ações de educação ambiental e
209 mobilização social que atendam aos critérios estabelecidos no Anexo II"
210 que os projetos de Educação ambiental estejam desvinculados do projeto
211 principal. Amauri disse, "Queria manifestar como representante da APU
212 que coordena a Câmara técnica de educação ambiental que é relevante
213 termos essa possibilidade, criar essa possibilidade colocada dentro
214 daquilo que se convencionou como item 3 do Artigo 1º e que poderão
215 receber até 15%, precisa deixar a porta aberta e não fechar de todo.
216 Destacar que está em discussão uma proposta de estabelecer uma
217 terminologia básica com base até no que estabelece a Lei estadual que
218 disciplinou a Educação Ambiental, tentando alguma padronização de
219 Termo de Referência, algo nesse sentido, mas isso não impede que
220 projetos sejam apresentados" e que o cuidado de separar os projetos foi
221 uma discussão nas CTs, chegando à conclusão que não deveria fazer
222 isso, por exemplo a SABESP ou DAEE com um projeto de drenagem, ou
223 mesmo o de uma Prefeitura, tem o trabalho de Educação Ambiental
224 identificado, até com a obra, e, normalmente a um custo muito menor,
225 não chegando a 5% de modo geral, para a mobilização, conscientização,
226 educação ambiental, comunicação, do próprio empreendimento, e nas

227 obras da SABESP e do DAEE que foram para os Agentes Técnicos
228 ninguém reclamou que seria impróprio, e ainda que, na verdade o
229 FEHIDRO ao invés de buscar soluções toma atitude muito confortável,
230 joga janela afora o projeto sem fazer o máximo de esforço para preservar
231 o caráter multidisciplinar e transversal que o projeto deve ter, não se pode
232 mais ficar vinculado a um quadradinho de especialização extrema. Josué
233 disse que o item 8.2 foi tema da reunião na CT, e votado, tirando o 8.2
234 porque para as prefeituras o 7.2 seria emergencial e a recente
235 Deliberação CRH está financiando um estudo normatizando a Educação
236 Ambiental no Estado, então como poderiam entrar no projeto sem
237 qualificação para avaliar os projetos. Solange Wuo (P.M de Salesópolis)
238 considerou que o tema da EA é delicado e importante em sua região.
239 Gerson Salviano (IPT) disse que deveriam esperar porque o assunto
240 estava em discussão pela Secretaria da Educação e a Secretaria de Meio
241 ambiente. Laura Stela (SMA) disse que pelos entendimentos na CT
242 analisando as ações do Plano de bacia precisariam de um Plano de
243 educação ambiental para bacia toda antes de financiar projetos avulsos.
244 Foi também considerado importante que estrategicamente o Comitê
245 selecione ações de relevância para a bacia enquadrando no PDC
246 adequado. O Secretário considerou que a licença ambiental já tem seus
247 ritos, se o programa é licenciável ambientalmente então ela está
248 dispensada de apresentar um programa de educação ambiental, as
249 atividades que não tem talvez possam até manter. Amauri propôs "alterar
250 a Deliberação incluído o item 3, incluindo educação ambiental ou ações
251 de educação ambiental com o SubPDC 8.2 e o correspondente ao código
252 previsto no plano vigente de bacia, até porque estamos em elaboração
253 agora do Plano de bacia que certamente colocará essa questão como
254 item relevante, claro que tem as questões da poluição, quantidade, a lei
255 de mananciais, superficiais, são prevalências, mas a EA está
256 intrinsecamente relacionada com a possibilidade de melhorias do padrão
257 de recursos hídricos, certamente será colocada no novo plano." Após
258 amplos debates, foi colocado em votação a Deliberação, no seu texto
259 base, foi aprovada por unanimidade, e então foi votado incluir o item 8.2
260 referente a educação ambiental mantendo a educação ambiental
261 relacionado às obras, foram computados 15 votos contrários, e dessa
262 forma foi aprovada a Deliberação conforme apresentada e enviada pela
263 Câmara Técnica Gestão e Investimentos-CTGI. **7. Deliberação CBH-AT**
264 **nº 51/2017, que Aprova procedimentos para participação dos**
265 **representantes, no CBH-AT e suas instâncias nos eventos externos.**

266 Ana Sedlacek (CBHAT) apresentou. Em síntese, que a Deliberação foi
267 subsidiada também pela Deliberação COFEHIDRO 177 dispendo sobre o
268 reembolso de despesas de hospedagem para Sociedade civil, a partir de
269 2016, que os representantes das prefeituras são custeados com os
270 recursos das próprias prefeituras, e estabeleceu critérios para aprovar a
271 participação a) participação no CBH-AT a contar do início de cada
272 exercício, b) participação nas instâncias do CBH-AT, Subcomitês,
273 Câmaras e Grupos de trabalho a contar do início de cada exercício, c) por
274 sorteio e pelos Artigo 5º-O indicado não poderá representar o CBH-AT
275 em mais do que um evento no decorrer de cada exercício, e Artigo 6º-
276 Aqueles que forem indicados a participar de algum evento deverão
277 entregar à Secretaria Executiva do CBH-AT um relatório de participação e
278 apresentar um relatório ao Plenário do CBH-AT, em reunião subsequente
279 ao evento, requisitos mínimos como objetivos do evento, a importância
280 para o colegiado, as atividades que foram realizadas e uma análise
281 crítica. Na participação da plenária, foi esclarecido que se tratava da
282 participação dos representantes do Comitê e suas instâncias pelos
283 segmentos Estado e Sociedade civil porque as Prefeituras não podem ser
284 custeada pelo FEHIDRO, não que serão custeados, mas para aprovação
285 da representação. Laura disse "A Deliberação do COFEHIDRO se refere
286 a custeio para participação nas reuniões do comitê e da CT, eventos do
287 Comitê, não tem nada a ver, outra coisa é o Comitê estabelecer critérios
288 para a participação em outros eventos, ele pode escolher quem vai
289 financiar e tenho até dúvidas com respeito às Prefeituras como
290 representante do Comitê pode ser financiado. Foi sugerido retirar a
291 Deliberação e refazer, com regras mais claras, e não teria sentido o
292 representante não ter qualquer tipo de apoio, principalmente financeiro,
293 cabendo à Secretaria Executiva juntamente com apoio da CT
294 Planejamento elaborar novas diretrizes para Diretoria do Comitê editar
295 uma Deliberação Ad referendum. **8. Outros assuntos.** O Vice-Presidente
296 abriu a palavra aos membros do colegiado para suas comunicações de
297 interesse geral. Dimitri trouxe a demanda como representante do
298 Subcomitê Billings-Tamanduateí estabelecendo o processo de
299 chamamento da Sociedade civil para as eleições dos Subcomitês
300 preenchendo as vagas em aberto, e que, foi criada uma Comissão para
301 discutir o conflito entre a legislação e o estatuto que confere ao
302 Subcomitê caráter deliberativo nos assuntos de seu interesse, mas só se
303 reuniu uma única vez, solicitou o restabelecimento dessa Comissão.
304 Beatriz Gonçalves Vilera (CBHAT) esclareceu que a Deliberação que

305 prevê o calendário eleitoral para gestão 2017-19 deixou em aberto a
306 participação caso alguma Entidade tenha interesse em participar do
307 Subcomitê, devendo enviar a documentação, e se tiver vaga pode
308 participar, não tendo vaga a documentação é analisada constando do
309 cadastro para participar na gestão seguinte. Sobre a competência dos
310 Subcomitês o regimento do Comitê estabelece que são consultivos. O
311 Diretor da FABHAT disse que foi divulgado a fim de que a Sociedade civil
312 pudesse participar dos Subcomitês. Laura disse que os Subcomitês
313 nunca foram criados oficialmente, não existem na prática. Beatriz, disse
314 que na gestão anterior fizeram Deliberações sem valor porque nunca
315 foram deliberativos. O Secretário disse "talvez uma solução para
316 encaminhar esse pseudo conflito, na minha ótica, adotando um rito para
317 aquilo que for específico, submeter à consideração do Subcomitê, se tiver
318 condição de responder." Beatriz lembrou que já é executado dessa forma
319 por exemplo com o Grupo de Consultas Ambientais convidando o
320 Subcomitê da área do empreendimento para participar da discussão. A
321 Coordenadoria do Subcomitê Cotia-Guarapiranga apontou que o
322 Subcomitê teve papel muito importante na criação das Leis Específicas e
323 que estas estabeleceram marco jurídico em relação ao desenvolvimento
324 territorial e urbano, é há uma preocupação muito grande que não esteja
325 sendo dada a devida atenção para o fato. O Secretário não considerou os
326 Subcomitês menos importante pelo o fato de não serem Deliberativos,
327 são braços importantes enquanto instâncias do sistema mesmo não
328 sendo Deliberativo, importa serem consultados e que a plenária do
329 Comitê considere a manifestação dos Subcomitês. Helio Figueiredo
330 (SABESP) disse que ouviu diversas reclamações sobre o esvaziamento
331 dos Subcomitês, seria necessário mais atenção senão poderiam definir
332 e perder a função importante do debate regional. Dimitri disse que a
333 Comissão deveria ser constituída para definir o conflito, apresentando
334 algum produto para sugerir, talvez, um novo arranjo. O Secretário propôs
335 reunião com apoio da FABHAT na forma de uma Oficina "O Futuro dos
336 Subcomitês", encaminhando uma posição para submeter ao plenário.
337 Tendo sido cumprida a pauta de trabalhos e não havendo mais assuntos
338 o Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-CBH-AT,
339 Francisco de Assis R. Além desejou boas festas, agradeceu a todos e
340 deu por encerrada a reunião. Esta Ata constitui o resumo dos registros da
341 Ata completa, que contém o inteiro teor desta reunião Extraordinária, e foi
342 elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina com revisão da Secretaria
343 Executiva do CBH-AT.

344 **José Auricchio Júnior**

345 Presidente do CBH-AT

346 **Ricardo Daruiz Borsari**

347 Secretário Executivo do CBH-AT